

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	13
1. APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO	31
2. DA VERDADE À PROVA: OS CAMINHOS CRUZADOS DO DIREITO E DA EPISTEMOLOGIA JURÍDICA NA POLÍTICA DO PROCESSO PENAL	43
2.1. A verdade como colonizadora do discurso e das práticas penais: <i>realidade vs fato</i> no contexto jurídico.....	43
2.2. A <i>verdade</i> recolocada no âmbito das práticas penais: caminhando na direção do <i>conhecimento</i> e pelo fim da obsessão	49
2.3. A verdade como <i>indicador epistêmico</i> e o processo como <i>dispositivo</i>	54
3. A DOCTRINA DO CORPO DE DELITO	63
3.1. Elementos para uma sintética história do <i>corpus delicti</i> : notas preliminares	63
3.2. Uma breve história do corpo de delito	70
4. O PROCESSO PENAL COMO DISPOSITIVO SOB A ÓTICA DO ESTADO DE DIREITO E A LEGITIMIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.....	89
4.1. Estado de Direito e Processo Penal	90

4.2. A legitimidade da Persecução Penal e a oposição dicotômica acusatório-inquisitório relativamente à busca da verdade ..	95
4.3. O dispositivo processual em sua vertente probatória como articulador entre os vetores verdade processual e estado de direito	108
4.4. A reforma de 2008 e o procedimento trifásico: nas pegadas das transformações em outros estados democráticos	111
4.5. O dispositivo processual probatório e o exercício efetivo do direito de defesa em âmbito criminal	114
5. O DISPOSITIVO PROCESSUAL PROBATÓRIO E O SISTEMA DE CONTROLES EPISTÊMICOS	117
5.1. O direito da defesa de rastrear as fontes de prova: consideração preliminar	118
5.2. A etapa intermediária de admissibilidade da denúncia como filtro contra as acusações infundadas ou com lastro em prova ilícita como atividade própria do sistema de controles epistêmicos	120
5.3. A discovery e o sistema de controles epistêmicos	123
5.4. O controle de admissibilidade das provas	138
6. FIABILIDADE PROBATÓRIA E A CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS	143
6.1. Fiabilidade probatória e valoração da prova: distinção necessária e seu enfoque no contexto da investigação criminal	143
6.2. A autenticidade da prova como premissa da fiabilidade: <i>a mesmidade e o princípio da desconfiança</i>	150
6.3. A cadeia de custódia das provas como consectário lógico do princípio da legalidade	154
6.4. A cadeia de custódia das provas na Lei nº 13.964/2019 – Código de Processo Penal	162
7. A CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS DIGITAIS	173
7.1. A cadeia de custódia das provas relativamente aos métodos ocultos, as técnicas especiais de investigação (TIES) e as provas digitais: considerações iniciais	175

7.2. A investigação das infrações penais por meio de prova digital: os cuidados para a preservação das fontes de prova. Aspectos gerais e o ônus da prova	191
7.3. Os riscos que derivam da quebra da cadeia de custódia das provas relativamente aos métodos ocultos, as técnicas especiais de investigação (TIES) e as provas digitais.....	201
7.4. Sobre a inadmissibilidade da prova obtida por meio da violação da sua cadeia de custódia: tratamento de prova ilícita	205
8. POUCAS PALAVRAS A TÍTULO DE CONCLUSÃO	215
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	219
ANEXO	241